Urbanização de Curitiba S/A - CNPJ 75.076.836/0001-79
Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 - Rodoferroviária - Jardim Botânico, Curitiba - PR

urbs a mobilidade transforma — CURITIBA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4369, de 25/set/72.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais.

De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, à curto, médio e longo prazo; e
- Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguros, eficientes e acessíveis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais, de forma comparativa com o exercício anterior e em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as diretrizes da Lei n.º 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber, Nota 6 - Outras Contas a Receber; Nota 9 – Imobilizado e Intangível e Nota 16 – Provisões para Contingências.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial e estão refletidos no resultado do exercício.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03(R2)/2010.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber de clientes e permissionários são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

3.3 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

3.4 IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário e estão representados substancialmente por imóveis (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia. As depreciações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - segundo Nota Explicativa nº9.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
BALANÇO PATRIMONIAL (em R$)

ATIVO

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		**58.456.490,62**	**66.543.044,64**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	43.899.988,55	45.659.082,19
Contas a receber	5	4.453.581,14	11.557.129,91
Adiantamentos à Funcionários		1.126.300,85	895.080,35
Adiantamentos à Fornecedores		-	-
Outras Contas a Receber	06/18	6.129.921,97	6.504.549,92
Impostos à recuperar		961.129,43	946.556,16
Estoques		1.885.568,68	980.646,11
NÃO CIRCULANTE		**70.727.062,85**	**69.201.085,26**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.833.285,33	17.397.149,35
Depósitos Judiciais	7	17.291.576,18	16.855.440,20
Empréstimos Compulsórios		325.042,49	325.042,49
Parcelamentos à Receber L/P		216.666,66	216.666,66
INVESTIMENTOS	8	19.327.451,88	19.327.451,88
Imóveis Não destinados a venda		19.285.251,88	19.285.251,88
Outros Investimentos		42.200,00	42.200,00
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	9	33.566.325,64	32.476.484,03
Imóveis		36.951.296,65	36.524.296,65
Equipamentos e instalações		6.881.419,40	6.133.280,08
Veículos		35.062,60	40.720,60
Outras Imobilizações		145.721,59	145.721,59
Intangível		270.955,98	253.181,97
Depreciação e amortização acumulada		(10.718.130,58)	(10.620.716,86)
TOTAL DO ATIVO		**129.183.553,47**	**135.744.129,90**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
BALANÇO PATRIMONIAL (em R$)

PASSIVO

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		**63.652.751,39**	**63.435.177,46**
Fornecedores	10	7.339.553,27	8.356.260,08
Contas a Pagar	11/19	23.433.305,44	23.711.343,49
Salários e ordenados a pagar		1.842.439,76	1.901.431,61
Obrigações Sociais	12	6.194.576,51	5.588.569,46
Obrigações Tributárias	13	5.589.491,82	5.112.115,47
Parcelamentos Tributários	13	253.180,44	509.950,42
Precatórios e RPV's		1.557.066,51	1.471.000,57
Provisão p/férias e encargos sociais		8.782.295,03	7.968.789,45
Obrigações por planos comunitários	14	7.399.840,41	7.383.324,47
Adiantamentos de Clientes (FUC)		71.123,16	71.123,16
Outras Contas à Pagar		1.189.879,04	1.361.269,28
NÃO CIRCULANTE		**65.883.269,35**	**65.883.269,35**
Valores Vinculados		7.196,80	7.196,80
Provisão para contingências	16	59.329.596,71	59.329.596,71
Obrigações Tributárias - LP	13	1.863.990,86	1.863.990,86
Parcelamentos Tributários - LP	13	4.682.484,98	4.682.484,98
Outras Obrigações - LP		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	**(352.467,27)**	**6.425.683,09**
Capital Realizado	17a	107.369.061,00	101.736.172,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Ca	17b	966.858,00	966.858,00
Reservas de Capital		15.850.178,95	21.469.538,95
Reservas de Reavaliação	17c	36.461.957,70	36.461.957,70
Resultados acumulados		(154.208.843,56)	(154.242.836,98)
Resultado do Período		(6.791.679,36)	33.993,42
TOTAL DO PASSIVO		**129.183.553,47**	**135.744.129,90**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

EDITORA JORNAL DO ONIBUS LTDA:11255258000155 Assinado de forma digital por EDITORA JORNAL DO ONIBUS LTDA:11255258000155 Dados: 2024.04.09 21:09:04 -03'00'

Urbanização de Curitiba S/A - CNPJ 75.076.836/0001-79
Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 - Rodoferroviária - Jardim Botânico, Curitiba - PR

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas por ela gerenciadas e principalmente relacionadas principalmente a receitas de vendas de cartão transporte, locação e permissão de uso de imóveis próprios, taxas de administração do FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba e receitas decorrentes do serviço de táxi. Desta forma a metodologia aplicada para os testes de impairment não se baseiam unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos, a ativos similares em bases equivalentes de Mercado, na data de preparação das demonstrações contábeis sendo que, com exceção de Edifícios e Terrenos, o imobilizado da Companhia está praticamente todo depreciado.

3.5 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 16.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis, trabalhistas, tributárias e administrativas, conforme expectativa de perda, no total de R$ 59.329.596,71 em 31 de dezembro de 2023, conforme Nota Explicativa nº 16.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 7, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações, por parte dos assessores jurídicos.

3.7 IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em base corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14, a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros que sejam suficientes para consumir o montante total desses tributos diferidos.

3.8 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.9 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços, locação de imóveis próprios, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes, a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho no contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.10 APURAÇÃO DO RESULTADO, ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. O ativo circulante e à longo prazo, quando aplicável, são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e à longo prazo, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

3.11 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

3.12 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EM VIGOR

Foram emitidas e aprovadas as novas normas contábeis pelo CPC, as quais já estão vigentes e a Companhia ainda não as adotou plenamente na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, tendo em vista a necessidade de análises mais detalhadas, acerca dos efeitos da adoção dessas novas normas contábeis.

Norma	Descrição/Exigências	Impactos/Transição
CPC 06 Arrendamentos (IFRS 16)	Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes. Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia ainda não concluiu sua avaliação sobre a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e o efeito sobre suas demonstrações financeiras. Preliminarmente não foi verificada a existências de contratos de locação/leasing e/ou arrendamento que estivessem subordinados plenamente aos requisitos da nova norma e ao enquadramento como arrendamento mercantil. Por outro lado, como Arrendador a Companhia possui contratos de locação e/ou sublocação de imóveis que em uma análise preliminar estão atendendo plenamente aos requisitos da norma. Não obstante, a Companhia pretende concluir de forma definitiva a análise pertinente à adoção do CPC 06 (R2) durante o exercício de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODOS FINDOS (em R$) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**124.594.969,24**	**115.137.443,44**
Receita de Prestação de Serviços	124.492.160,24	114.997.157,44
Receita de Revenda de Mercadorias	102.809,00	140.286,00
DEDUÇÕES	**(12.483.847,47)**	**(11.960.733,74)**
Impostos e Contribuições s/ Vendas	(12.483.847,47)	(11.960.733,74)
Descontos Incondicionais	-	-
RECEITA LÍQUIDA	**112.111.121,77**	**103.176.709,70**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(76.522.988,41)	(48.134.906,54)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(329.626,83)	(3.594,68)
LUCRO BRUTO	**35.258.506,53**	**55.038.208,48**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(41.736.182,73)**	**(57.186.906,27)**
Despesas gerais e administrativas	(42.339.890,78)	(33.710.020,13)
Despesas com Vendas	(63.784,18)	(73.167,75)
Despesas financeiras	(1.450.135,81)	(1.410.227,68)
(-) Receitas financeiras	8.584.616,09	5.453.970,11
Variações Monetárias Passivas – Juros s/Parcelamentos	(6.466.988,05)	(3.968.460,82)
Outras Despesas	-	(23.479.000,00)
RESULTADO OPERACIONAL	**(6.477.676,20)**	**(2.148.697,79)**
OUTRAS RECEITAS	114.388,84	2.182.691,21
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS – IR. e CSLL	(428.392,00)	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(6.791.679,36)**	**33.993,42**
Lucro/Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)	(63,26)	0,33

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO DE 2022 (em R$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/INVESTIMENTO	TOTAL DE RESERVAS			
SALDOS EM 31/DEZ/2021	**85.714.616,00**	**966.858,00**	**21.619.360,00**	**10.188.870,95**	**31.808.230,95**	**36.461.957,70**	**(154.242.836,98)**	**708.825,67**
AUMENTO DE CAPITAL	16.021.556,00		(16.000.000,00)		(16.000.000,00)			21.556,00
ADIANT. P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			5.661.308,00		5.661.308,00			5.661.308,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS								-
LUCRO DO EXERCÍCIO							33.993,42	33.993,42
SALDOS EM 31/DEZ/2022	**101.736.172,00**	**966.858,00**	**11.280.668,00**	**10.188.870,95**	**21.469.538,95**	**36.461.957,70**	**(154.208.843,56)**	**6.425.683,09**
AUMENTO DE CAPITAL	5.632.889,00	-	(5.619.360,00)	-	(5.619.360,00)	-	-	13.529,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	(6.791.679,36)	(6.791.679,36)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**107.369.061,00**	**966.858,00**	**5.661.308,00**	**10.188.870,95**	**15.850.178,95**	**36.461.957,70**	**(161.000.522,92)**	**(352.467,27)**

(As notas explicativas integram o conjunto da demonstrações financeiras)

Urbanização de Curitiba S/A - CNPJ 75.076.836/0001-79
Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 - Rodoferroviária - Jardim Botânico, Curitiba - PR

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixas	439.241,09	1.176.412,94
Bancos	12.800,30	13.961,23
Aplicações Financeiras	43.447.947,16	44.468.708,02
TOTAL	**43.899.988,55**	**45.659.082,19**

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Valores a receber planos comunitários	6.949.341,23	6.943.690,29
Contas a receber de permissionários	22.351.675,75	29.460.875,46
TOTAL	**29.301.016,98**	**36.404.565,75**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Permissionários	(17.848.530,50)	(17.848.530,50)
Planos comunitários	(6.998.905,34)	(6.998.905,34)
TOTAL PCLD	**(24.847.435,84)**	**(24.847.435,84)**
CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	**4.453.581,14**	**11.557.129,91**

A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a efetuar registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referente aos saldos relativos ao contas a receber, relacionado aos Planos Comunitários a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas, cujos saldos estão pendentes à longa data.

Em 31 de dezembro de 2023, a Composição das contas a receber por idade de vencimento, está composta da seguinte maneira:

Permissionários

Descrição	Valor
A vencer	2.089.002,56
Vencido até 30 dias	598.951,10
Vencido de 31 a 60 dias	387.968,16
Vencido de 61 a 90 dias	281.535,33
Vencido de 91 a 120 dias	262.437,68
Vencido de 121 a 150 dias	280.756,00
Vencido de 151 a 180 dias	284.087,49
Vencido acima de 180 dias	18.166.937,43
Total	**22.351.675,75**

Planos Comunitários

A totalidade do saldo de R$ 6.943.690,29 (R$ 6.943.690,29 em 2022) se referem a valores a receber que se encontram vencidos à longa data e, dessa forma, a Companhia a partir do exercício de 2.018 passou a constituir provisão para perdas em decorrência da ausência de expectativa de realização desses créditos. A composição do contas a receber por idade de vencimento, relacionados aos planos comunitários, está composta da seguinte maneira:

Descrição	Valor
Vencidos em 1990 a 1995	24.470,41
Vencidos em 1996 a 2000	2.469.294,91
Vencidos em 2001 a 2005	4.080.068,89
Vencidos em 2006 a 2010	361.537,60
Vencidos em 2011 a 2013	13.969,42
Total	**6.949.341,23**

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Curitiba	724.879,37	966.839,61
Valores a ressarcir – PREFEITURA	(285.580,92)	55.997,59
Valores a ressarcir – SETRAN	3.176.367,23	2.802.713,24
Valores a ressarcir – IPPUC	157.103,76	105.749,35
Parcelamentos a Receber (Curto e Longo Prazos)	3.606.859,74	3.653.259,73
Contas a receber diversas	(1.249.707,21)	(1.080.009,60)
TOTAL	**6.129.921,97**	**6.504.549,92**

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais, no montante de R$ 17.291.576,18 em 31/12/2023 (R$ 16.855.440,20 em 31/12/2022) está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências em que a Companhia é parte.

8. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento. Além disso, a Companhia não está divulgando e tampouco preparou qualquer tipo de análise ou laudo de avaliação a valor justo destas propriedades, conforme requerido pelo item 79 do CPC 28 – Propriedade para Investimento. A Administração da Companhia acredita que em muito breve, a referida análise será concluída.

	2023	2022
Imóveis não destinados à venda	19.285.251,88	19.285.251,88
Outros investimentos	42.200,00	42.200,00
TOTAL	**19.327.451,88**	**19.327.451,88**

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados da Companhia estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial, no exercício social de 2023 e o imediatamente anterior:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (em R$)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(6.791.679,36)	33.993,42
Depreciação e amortização	97.413,72	109.661,58
(Aumento)/Diminuição dos Ativos Operacionais	5.891.324,40	(7.549.246,70)
Contas a receber	7.103.548,77	(884.506,80)
Outros direitos realizáveis	374.627,95	(4.765.402,59)
Impostos a recuperar	(14.573,27)	69.399,13
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	(436.135,98)	(1.212.852,14)
Adiantamento a fornecedores	-	(67,89)
Adiantamento a funcionários	(231.220,50)	(201.023,62)
Estoques	(904.922,57)	(554.792,79)
(Diminuição)/Aumento dos Passivos Operacionais	217.573,93	26.962.602,94
Fornecedores	(1.294.744,86)	5.921.810,76
Salários e encargos sociais	754.513,73	(2.060.183,30)
Impostos, taxas e contribuições diversas	826.613,42	(724.963,50)
Provisão para contingências	-	23.471.090,65
Valores transitórios/Planos comunitários	16.515,94	9.769,86
Adiantamentos de clientes	-	-
Outras contas a pagar	(171.390,24)	(1.125.922,10)
Obrigações p/reincorporação de imóveis	-	-
Precatórios e RPV's	86.065,94	1.471.000,57
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	(585.367,31)	19.557.011,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Resultado líquido na alienação de investimentos	-	(840.000,28)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.187.255,33)	327.477,29
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento	(1.187.255,33)	(512.522,99)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	5.632.889,00	21.556,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	(5.619.360,00)	5.661.308,00
Reserva de Subvenções e Doações p/ investimento	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	13.529,00	5.682.864,00
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	(1.759.093,64)	24.727.352,25
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	45.659.082,19	20.931.729,94
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	43.899.988,55	45.659.082,19

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

CONTA	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	2023	2022
				Líquido	Líquido
Direito de uso de linhas telefônica	0%	19.155,70	0,00	19.155,70	19.155,70
Edificações	4%	7.955.533,78	(5.463.316,49)	2.492.217,29	2.689.063,01
Instalações	10%	1.338.734,71	(170.369,94)	1.168.364,77	444.132,98
Máquinas e equipamentos	10%	2.042.700,98	(1.664.289,12)	378.411,86	337.014,12
Móveis e utensílios	10%	1.849.637,00	(1.479.518,39)	370.118,61	275.203,34
Equipamentos de computação	20%	1.650.346,71	(1.641.236,71)	9.110,00	11.165,56
Terrenos	0%	3.531.268,78	0,00	3.531.268,78	3.104.268,78
Terrenos (reavaliação)	0%	25.464.494,09	0,00	25.464.494,09	25.464.494,09
Veículos	20%	35.062,60	(35.062,60)	0,00	3.677,70
Outros	10 e 20%	126.565,89	(123.282,36)	3.283,53	3.690,69
Diversos		0,00	0,00	0,00	0,00
Intangível	20%	270.955,98	(141.054,97)	129.901,01	124.618,06
Totais		**44.284.456,22**	**(10.718.130,58)**	**33.566.325,64**	**32.476.484,03**

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de "impairment"), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – "Ativo Imobilizado". Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (93,81%), no total de R$ 31.487.980,16, a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possíveis perdas relacionadas à recuperabilidade (impairment).

Ademais, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequentemente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais relacionadas ao transporte público municipal e gestão de ativos próprios.

10. FORNECEDORES

A rubrica registra as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, cujo saldo está composto, substancialmente da seguinte maneira:

	2023	2022
Fornecedores diversos	6.988.126,69	8.123.503,62
Remessas recebidas em consignação	406.943,75	288.495,10
Obrigações à pagar	(55.517,17)	(55.738,64)
TOTAL	**7.339.553,27**	**8.356.260,08**

O saldo de fornecedores diversos, em 31 de dezembro de 2023, está composto conforme quadro abaixo, sendo que o principal saldo se refere à Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

	2023
Copel Distribuição S.A.	4.785.541,93
Intersept Segurança Ltda.	715.855,06
Obra Prima Tecnol. e Adm.	292.810,37
Produserv Serviços Ltda	133.158,77
Ecsam Serviços Ambientais Ltda	126.597,43
Pontual Serviços Terceirizados Ltda	97.756,62
Emp. Auxiliar de Serv. Gerais do PR Ltda	95.224,42
Cia de Saneamento do PR	74.725,01
Carpecril Com. De Revestimentos	68.141,20
Workant Network Serv.	58.421,96
Cotrans Locação de Veículos	41.901,49
Outros (valores individuais abaixo de R$ 41.900,00)	499.940,23
TOTAL	**6.990.074,49**

O saldo de R$ 4.785.541,93 da COPEL se refere em quase sua totalidade, ao parcelamento de faturas vencidas até Dezembro/2017, no montante de R$ 16.806.843,30, que foi parcelado em 100 parcelas, das quais 73, no valor de R$ 12.268.995,58 já foram liquidadas.

Urbanização de Curitiba S/A - CNPJ 75.076.836/0001-79
Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 - Rodoferroviária - Jardim Botânico, Curitiba - PR

CURITIBA

11. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 31 de dezembro de 2023, estão compostos da seguinte maneira:

	2023	2022
Acordo judicial	15.363.858,57	15.434.459,10
Fundação Alpha	981.058,23	894.968,00
Medipar/Unimed	1.844.556,46	1.988.296,91
Shopping Popular/Rua 24 Horas	617.984,16	598.504,79
SSP – Rodoferroviária	252.393,14	252.393,14
Repasse PMC - Estar Eletrônico	4.370.713,47	4.542.721,55
Diversos	2.741,41	-
TOTAL	**23.433.305,44**	**23.711.343,49**

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

	2023	2022
INSS	5.633.281,44	5.128.159,10
FGTS	561.295,07	460.410,36
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**6.194.576,51**	**5.588.569,46**

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, COFINS, etc. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária na ordem de R$ 7.186.470,04, relativos ao período admitido no PERT, que é dos débitos vencidos até 30/04/2017.

Assim, no exercício a Companhia efetuou o pagamento relativo à entrada no PERT, sendo o total relativo ao INSS (cujo período admitido no Programa é dos débitos vencidos até 30/04/2017), bem como a quitação das parcelas vencíveis no decorrer do exercício social.

Em 07/12/2018, a Receita Federal do Brasil – RFB publicou a Instrução Normativa nº 1855, dispondo sobre a prestação de informações para fins de consolidação de débitos no PERT, cuja consolidação resultou em liquidação de parte das dívidas com utilização de Prejuízos Fiscais acumulados, no montante de R$ 5.512.537,15 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

Desta forma, naquele exercício foram contabilizados R$ 10.176.763,30 como longo prazo após a consolidação do Programa pela Receita Federal.

Dos valores incluídos no PERT, Parcelamento Ordinário e Dívida Ativa, foi pago em 2023, o valor de R$ 308.895,27 (parcelas 72 a 83/145).

Demonstrativo das Obrigações Tributárias:

	2023	2022
IRRF	1.105.420,99	596.261,69
IPTU	389.082,12	389.072,12
IRPJ	1.826.524,14	1.826.524,14
CSLL	678.691,63	678.691,63
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	130.345,92	160.184,55
PASEP	184.147,78	192.113,61
COFINS	1.195.492,54	1.232.736,96
ISS	(58.093,21)	(36.520,77)
ICMS	18.693,49	-
TOTAL CURTO PRAZO	**5.470.305,40**	**5.039.063,93**
PASEP	255.730,76	255.730,76
COFINS	1.608.260,10	1.608.260,10
TOTAL LONGO PRAZO	**1.863.990,86**	**1.863.990,86**
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**7.334.296,26**	**6.903.054,79**

Parcelamentos tributários

	2023	2022
INSS – PARCELAMENTO ORDINÁRIO	343.556,29	593.499,97
PERT/DÍVIDA ATIVA	7.003,27	107.869,61
TOTAL CURTO PRAZO	**350.559,56**	**701.369,58**
INSS - PARCELAMENTO ORDINÁRIO	-	-
COFINS	4.682.484,98	4.682.484,98
TOTAL LONGO PRAZO	**4.682.484,98**	**4.682.484,98**
TOTAL PARCELAMENTOS	**5.033.044,54**	**5.383.854,56**

14. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem o convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

15. OBRIGAÇÕES POR REINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 13/maio/82 foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia.

Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a sua reincorporação, através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado, em razão do convênio supramencionado. Durante o exercício de 2021 foi promovida a baixa do referido valor contabilizado (R$ 10.066.791,95), tendo em vista a inexistência de dívidas perante o Governo do Estado do Paraná, conforme Protocolo nº. 01-049.754/2020.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista, administrativa e referentes à desapropriações. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu manter a constituição de provisões no montante de R$ 59.329.596,71 (mesmo patamar do exercício 2022) para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Trabalhistas	29.017.073,81	29.017.073,81
Cíveis, tributários e administrativos	30.265.877,90	30.265.877,90
Desapropriações judiciais	46.645,00	46.645,00
TOTAL	**59.329.596,71**	**59.329.596,71**

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em 776 processos de natureza trabalhista, conforme relatório dos seus assessores jurídicos.

Até 31 de dezembro de 2018 não haviam sido realizadas atualizações nos saldos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, tendo em vista volume de ações não ser significativo e das mais variadas naturezas o que tornava inexequível concluir acerca dessas ações até o final daquele exercício. A partir do exercício de 2019 foi efetivado o levantamento das ações em que a Companhia é parte, a fim de ter implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade de risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

A partir da conclusão da maior parte desse levantamento, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia revisou no exercício as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Processos cíveis, tributários e administrativos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 505 processos de natureza cível, tributária e administrativa, incluindo-se neste montante os processos derivados da extinta Diretran. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, multas, indenizações por dano material e moral, entre outros.

Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, que carecia da conclusão dos trabalhos de levantamento das ações em que é parte, a fim de ser implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade e risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

No entanto, a partir do exercício de 2019, com base na conclusão de grande parte desse levantamento e considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia revisou e contabilizou no exercício, as provisões para contingências cíveis, tributárias e administrativas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram devidamente adequadas as contabilizações das ações consideradas como perda provável.

Processos judiciais não provisionados – Passivos Contingentes

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remoto. Abaixo demonstramos os valores das ações cujo risco é possível:

	2023
Trabalhistas	61.421.931,85
Cíveis, tributários e administrativos	139.443.502,42
Ação Civil Pública Ministério Publico Estadual	8.676.093.836,40
TOTAL	**8.876.959.270,67**

Dentre as ações cíveis classificadas como risco de perda possível, que possuem o montante de R$ 8.796.772.035,14 destaca-se a ação movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, a partir da deflagração da "OPERAÇÃO RIQUIXÁ, em 2017, conduzida pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, na qual investiga-se suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública. O Ministério Público do Estado do Paraná requer, entre outros pedidos, que seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência n° 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, em decorrência da suposta fraude à licitação e restrição da competitividade no processo referente à concessão para operação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Curitiba.

Conforme informação dos assessores jurídicos, inicialmente o juízo de primeiro grau havia declarado a decadência do direito pleiteado pelo Ministério Público (nulidade do edital 005/2009) o que extinguia a ação. Porém no segundo grau a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reformou, entendendo não haver decadência e ordenando o retorno dos autos ao primeiro grau para julgamento. Dessa decisão de reversão foram apresentados 3 recursos: Embargos de Declaração, Recurso Especial e no exercício 2022, Agravo em Recurso Especial.

O processo deverá seguir para análise no STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas ainda aguarda resposta das outras partes ao recurso apresentado pela URBS, sendo que não há previsão de término da ação, nem grau de certeza sobre o resultado, pois ainda não há manifestação do mérito da demanda.

Conclusão dos levantamentos e catalogação das ações

A atual Administração, apoiada na opinião do seu Departamento Jurídico e de demais assessores, informa que está promovendo o devido acompanhamento de todos os processos, bem como, a avaliação individual das ações de acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que trata das contingências ativas e passivas, possibilitando um melhor reconhecimento contábil, cuja análise jurídica, considera perda provável das ações, resultando na manutenção do montante provisionado de R$ 9.329.596,71.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R$ 107.369.061,00 (cento e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil e sessenta e um reais), está dividido em 101.369.061 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31.12.2023, a rubrica mantém registrado o montante de R$ 966.858,00 relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Prefeitura do Município de Curitiba cujo saldo aguarda homologação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração para ser incluído na conta de Capital Social Realizado.

c) Reservas de reavaliação: Compreende a avaliação patrimonial (Deemed cost) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, principalmente relacionado à edificações e terrenos, contabilizada no balanço de 2016, conforme Nota Explicativa nº 9.

d) Lucro (prejuízo por ação): O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

18. PLANO DE PENSÃO

Mediante Deliberação da CVM nº 371, de 13/dez/00, que aprovou o Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e obrigatoriamente aplicadas para exercícios iniciados a partir de 01/jan/02.

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil, com a finalidade de suplementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas da (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) Companhia à referida Fundação, nenhum provisionamento foi constituído.

Com relação aos valores repassados pela Companhia, conforme controles e resposta de carta de circularização, à Fundação Alpha em 2023 foi de R$ 2.670.792,96 (R$ 2.160.453,34 em 2022) para formação das reservas dos funcionários optantes no referido plano.

	2023	2022
Reservas Matemáticas	231.748.992,90	216.597.957,28
Superávit Técnico Acumulado	11.207.621,73	5.120.704,16
Superávit (déficit) Técnico ao Ano	6.086.917,57	166.254,33

19. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias, além da informada abaixo:

a) Composição dos Saldos: Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 estão identificados a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
	Circulante	**Circulante**
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	43.899.988,55	45.659.082,19
Contas a receber de clientes	29.301.016,98	36.404.565,75
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.847.435,84)	(24.847.435,84)
Outras contas a receber	6.129.921,97	6.504.549,92
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	7.339.553,27	8.356.260,08
Contas a pagar	23.433.305,44	23.711.343,49
Outras contas a pagar	8.589.719,45	8.744.593,75

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Urbanização de Curitiba S/A - CNPJ 75.076.836/0001-79
Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 - Rodoferroviária - Jardim Botânico, Curitiba - PR

Contas a Receber e Clientes e outras contas a receber: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

c) Gerenciamento de Risco:

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

Risco de Liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto os parcelamentos tributários e demais obrigações sociais e tributárias, são exigíveis em curto prazo.

Risco de Crédito: deriva da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo, está demonstrada a receita operacional bruta dos anos de 2023 e 2022:

	2023	2022
Receitas de locação	83.542.186,30	73.420.728,80
Receitas de administração	38.162.448,87	36.840.561,17
Receitas de serviços de táxi	2.787.525,07	3.058.354,77
Receitas de prestação de serviços	0,00	1.677.512,70
Receita com vendas	102.809,00	140.286,00
TOTAL RECEITA OPERACIONAL BRUTA	124.594.969,24	115.137.443,44
(-) Impostos e contribuições s/ receitas	(12.483.847,47)	(11.960.733,74)
(-) Descontos incondicionais	-	-
TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.483.847,47)	(11.960.733,74)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	112.111.121,77	103.176.709,70

22. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia. No exercício, embora a empresa tenha apresentado prejuízo de mais de R$ 6,5 milhões, principalmente devido a adequação - com a finalidade de alinhamento estratégico - em seu corpo funcional, cujo montante dispendido foi em torno de R$ 11 milhões, houve considerável melhora nos resultados supra apresentados, especialmente considerando-se a qualificação e atualização dos colaboradores e dos sistemas de informação da empresa, além da sucessiva busca por novos nichos de operação.

Destacam-se nesse panorama, a obtenção da maior receita auferida em sua história (cerca de R$ 125 milhões), o aumento do capital de giro, a crescente, notória e considerável melhoria nos indicadores econômicos e financeiros, além do advento dos pagamentos via precatórios e da solidificação de seu Plano de Negócios.

Assim, em resumo, mesmo com a apresentação de contínuos prejuízos operacionais ao longo dos anos, os quais ainda criam dificuldades à Administração na manutenção e ampliação de suas atividades; a continuidade operacional e o equacionamento do passivo financeiro da Companhia vem sendo obtido através da busca de fontes alternativas de recursos, da reestruturação dos negócios da Companhia, do aperfeiçoamento do corpo técnico e da alienação de ativos, cujos resultados tornam-se cada vez mais perceptíveis e robustos.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial, financeira ou orçamentária da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

Curitiba, março de 2024

OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente

PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Diretor Administrativo Financeiro

Valêncio dos Anjos Narlok
Contador - CRC-PR nº 59.666/O-0

Alexandre Cesar Cavichia
Controle Interno

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à URBS – Urbanização de Curitiba S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Riquixá

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, desde 2017 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, no contexto da Operação Riquixá, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública e que envolvem as concessionárias do serviço de transporte público do Município de Curitiba, ex-executivos e executivos das empresas vencedoras do referido certame e da Companhia. O valor de causa em 2018 estava estimada no montante de R$ 8.796.772.035,14, sendo que essas investigações ainda se encontram em andamento, as quais culminaram a impetração de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado do Paraná que requer entre outros pedidos, que seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência nº 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados da referida ação e por quaisquer desdobramentos e suas consequências futuras que, segundo informações dos assessores jurídicos da Companhia, não há previsão de término da ação, nem grau de certeza sobre o resultado, pois ainda não há manifestação do mérito da demanda. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. Entretanto, considerando a complexidade de determinadas circunstâncias, consideramos necessário comunicar os principais assuntos de auditoria em nosso relatório.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contas a receber de clientes e mensuração do valor recuperável do contas a receber (Nota N◦ 5 às demonstrações financeiras)	
Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras N◦ 5, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta saldo de contas a receber no montante de R$ 29.301.016,46 (R$ 36.404.565,75 em 2022), dos quais R$ 22.351.675,75 (R$ 29.460.875,46 em 2022), são oriundos de valores relacionados aos Permissionários de Equipamentos Públicos administrados pela Companhia e R$ 6.949.341,23 (R$ 6.943.690,29 em 2022) são relacionados a contas a receber decorrentes de planos comunitários de pavimentação e saneamento. Além disso, o saldo da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD contabilizada em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 24.847.435,84 (idem em 2022) passou a ser contabilizado a partir do exercício de 2018. Nesse sentido, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, a partir de 2018 a Administração da Companhia revisou e alterou a política utilizada para mensuração da provisão para perda de crédito esperada com o objetivo de atender aos novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento da redução do valor recuperável do contas a receber.	Esse tema foi considerado como um assunto crítico em nossa auditoria devido a mudança de conceito introduzida pela nova norma, alterando o conceito de "perda incorrida" para o conceito de "perda esperada" e, por esse motivo, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com objetivo verificar, com base na norma mencionada, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando implementar sua nova política contábil para mensuração da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. Efetuamos o entendimento dos julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da nova política contábil aplicada para provisão para perda de crédito esperada e observamos se os julgamentos e a modelagem financeira que foram utilizados possuíam amparo técnico no CPC 48 – Instrumentos financeiros, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da nova política utilizada pela Administração. Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo da matriz de provisões, do Aging list do contas a receber e do cálculo da provisão para perda de crédito esperada e efetuamos o recálculo dos mesmos com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para litígios e demandas judiciais (Nota N◦ 16 às demonstrações financeiras)	
Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras N◦ 16, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta provisão para contingências das ações em que é parte, cujos processos são de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa inerentes ao curso normal das suas atividades, no montante de R$ 59.329.596,71 (R$ 59.329.596,71 em 2022), sendo que durante o exercício de 2019 e de 2020, foi concluído parcialmente os trabalhos de levantamento e catalogação das ações em que a Companhia é parte, que ocasionou na reclassificação do risco jurídico de parte significativa dessas ações. Devido à relevância, complexidade e julgamento na avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes e ao impacto que o montante envolvido poderá ter nos resultados da Companhia, se as potenciais exposições nestas causas forem materializadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Além disso, esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências e relatórios dos assessores jurídicos da Companhia; (b) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte; e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Além disso, avaliamos o desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave existentes relacionados à determinação das estimativas para provisionar ou divulgar os valores em conformidade com expectativa de perdas dos litígios e à forma de garantir a integridade e atualização da classificação de risco pela Companhia. Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia. Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia, obtendo uma amostra de processos, e, com suporte de confirmação de saldos com assessores internos e externos, analisamos a probabilidade de ganho ou perda avaliando a classificação de risco considerada pela Companhia baseada no mérito das causas e informações e atualizações publicadas recentemente relativas ao andamento dos processos. Adicionalmente, avaliamos quanto à adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação aos litígios provisionados e aos passivos contingentes. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para contingências registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.	

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação e eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação á capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Urbanização de Curitiba S/A - CNPJ 75.076.836/0001-79
Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 - Rodoferroviária - Jardim Botânico, Curitiba - PR

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de março de 2.024.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

Relatório da Diretoria – Exercício 2023

APRESENTAÇÃO

A URBS, controlada pelo Município de Curitiba, o qual possui 99,92% de suas ações, é a empresa responsável pelas ações estratégicas de planejamento, operação e fiscalização dos serviços de transporte coletivo, táxis, transporte escolar, fretamento e motofrete, motoristas de aplicativo, EstaR eletrônico, além do gerenciamento e administração de equipamentos urbanos instalados em espaços públicos (bancas de revistas, quiosques, Rodoviária, Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso, Rua 24 Horas, Lojas #CuritibaSuaLinda, etc).

AVANÇOS E DESTAQUES – TRANSPORTE COLETIVO

Foram implantados em março cerca de 1,4 km de faixa exclusiva para os ônibus na Rua João Negrão, entre as Ruas André de Barros e Almirante Gonçalves, que beneficia em torno de 66 mil passageiros de 29 linhas, com uma redução de 50% no tempo de deslocamento nesse trecho.

Iniciado no final do ano de 2022, o projeto de revitalização das estações-tubo da cidade, contou, naquele exercício com a troca de piso de 85 estações, onde o valor de R$ 5,9 milhões havia sido o maior investimento dos últimos cinco anos. Em continuidade às melhorias desses equipamentos, ao longo de 2023 foram reformados os pisos de outras 120 estações-tubo.

ÔNIBUS ELÉTRICOS: Através de chamamento público, sete fabricantes se inscreveram para fazer os testes na capital com veículos elétricos menos poluentes, dentro do programa de descarbonização da frota do transporte público da capital.

No mês de abril, foi realizado teste no transporte coletivo com um ônibus movido a gás natural na linha Cabral/Portão. Também em abril, foram iniciados os testes com os veículos elétricos em atendimento ao chamamento público, sendo o primeiro um ônibus 100% elétrico da chinesa BYD, modelo articulado, que circulou sem passageiros pelas rotas das linhas Interbairros II, Inter 2 e no Eixo Leste/Oeste.

Em maio, o teste foi realizado com um ônibus 100% elétrico da montadora brasileira Eletra, na linha Interbairros II, que transporta 65 mil pessoas por dia e tem 42,5 quilômetros de trajeto.

No mês de junho foi apresentado o terceiro modelo de ônibus elétrico, tipo padron, da empresa Marcopolo, com capacidade para até 90 passageiros, sendo o teste iniciado em julho no itinerário da linha Interbairros II.

Ainda em julho, mais uma etapa de testes foi iniciada no transporte coletivo da capital, desta vez com um ônibus 100% elétrico, tipo padron, de 15 metros, da fabricante Eletra, também na linha Interbairros II.

No mês de setembro, o teste técnico foi iniciado na mesma linha com o ônibus 100% elétrico da Volvo, com capacidade para até 90 passageiros, bem como também neste mês foram alinhadas as tratativas técnicas para a operação-teste de dois novos ônibus de propulsão 100% elétrica nas linhas estabelecidas no chamamento público, quais sejam, Interbairros II, Inter 2 e Leste/Oeste, sendo desta feita um veículo do tipo padron, da empresa Marcopolo, e outro do tipo articulado, da empresa Eletra, com capacidade para até 85 e 140 passageiros, respectivamente.

O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba conta atualmente com 248 linhas urbanas operadas por 03 Consórcios compostos por 09 empresas privadas que disponibilizam uma frota operante de 1.103 ônibus de diferentes padrões e capacidades. As linhas realizam, aproximadamente, 11.587 viagens por dia, percorrendo mais de 243 mil km. Em média, a RIT transportou em torno de 1,1 milhões de passageiros por dia útil. Esta condição se reflete também no número de passageiros pagantes equivalentes da RIT que contabilizou uma média aproximada de 475 mil passageiros em dias úteis. Foram realizadas 309 intervenções nas tabelas horárias das linhas.

Nos últimos anos, a utilização do cartão-transporte bem como o cartão de débito/crédito tem apresentado avanços. O pagamento da tarifa do transporte via cartão confere ao usuário agilidade e rapidez nas operações de embarque e desembarque, além de segurança para passageiros e operadores, uma vez que a circulação de dinheiro diminuiu inibindo ações de roubos ou assaltos em ônibus, estações e terminais. A utilização de cartão transporte para o pagamento da tarifa representou 66,13% do total de tarifas pagas ao sistema mensalmente e a utilização de cartões de débito e crédito representou 8,22%, o que contribuiu para a redução de 94% no valor do prejuízo com assaltos.

Neste ano foram realizados 341.814 atendimentos nos 09 postos de atendimento localizados nas Ruas da Cidadania, exceto Regional CIC, e recebidos 11.775 processos de solicitação de PED - Passe Escolar Digital, com a emissão de 80.235 novos cartões na modalidade Usuário (1ª Via); 106.162 na modalidade usuário (2ª via), totalizando 2.656.028 pessoas que possuem cartão nesta modalidade e 3.953 cartões na modalidade Estudante.

O sistema conta ainda com 213.424 cartões ativos na modalidade Isento-Idoso, emitidos às pessoas idosas acima de 65 anos, 23.283 cartões ativos na categoria Isento que contempla as pessoas com deficiência, aposentados por invalidez ou patologias; 9.932 cartões ativos na categoria Operador, emitidos aos funcionários das empresas operadoras do sistema; 200 cartões ativos na categoria Fiscal e 20 na categoria Apontador, destinados aos funcionários da URBS que atuam na fiscalização ou apontamentos de manutenção dos equipamentos urbanos, totalizando 246.859 cartões que garantem a gratuidade no sistema de transporte. Ainda foram emitidos 124 cartões Curitiba+, no formato por assinatura com periodicidade mensal.

O sistema de integração temporal, permite que o cidadão utilizando apenas o cartão transporte faça uso de mais de uma linha de ônibus sem a cobrança de uma segunda tarifa e sem a necessidade de trocar de linha dentro de um terminal. Essa funcionalidade está disponível em diversas linhas e estações tubo. O sistema de integração entre terminais de transporte e Ruas da Cidadania também adota a utilização do cartão transporte para conexão entre esses equipamentos. Esse procedimento facilitou o acesso aos serviços públicos disponibilizados nas Ruas da Cidadania, com tempo de utilização entre 5 minutos e 2 horas. A funcionalidade da integração temporal beneficiou 1.344.705 usuários que utilizaram o cartão para integrar entre linhas da RIT e 120.491 que usufruíram da integração entre terminais e Ruas da Cidadania.

A equipe de vistoriadores da URBS realiza inspeções periódicas em todos os veículos do Transporte Coletivo de Curitiba de forma a garantir as condições de qualidade e segurança dos serviços prestados. Foram realizadas 3.002 inspeções veiculares.

As equipes de fiscalização emitiram 5.272 autos de infração decorrentes de infringência ao regulamento do transporte coletivo, que podem ser objeto de defesa ou recurso administrativo pelas empresas operadoras, nos quais podem ser apresentadas medidas saneadoras pelas concessionárias, que de acordo com a motivação da infração e a exclusivo critério da URBS podem substituir os valores pecuniários das multas. As equipes de fiscalização ainda acompanharam 480 ações especiais como orientação em desvios de itinerários, atendimento em acidentes e eventos que interferem na fluidez do sistema, totalizando o número de 2.048 disponibilizações de agentes de fiscalização para atender estes eventos.

SERVIÇOS DE TÁXI

Em março ocorreu o lançamento do programa de incentivo ao táxi elétrico, numa parceria entre Prefeitura, Renault e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). A intenção é que esses testes sejam a base de um projeto de eletrificação da frota de táxi de Curitiba, dentro da política pública para conter as mudanças climáticas e zerar emissões de carbono até 2050. Seis táxis elétricos vão rodar na cidade por um período inicial de seis meses, com a mesma tarifa cobrada nos táxis comuns.

Os serviços de táxi contam atualmente com uma frota de 2.100 veículos, sendo 1.863 tipo convencional, 229 tipo executivo, 6 tipo compartilhado de uso convencional e 2 tipo especial para taxistas com deficiência. A frota tem idade média de 3,33 anos.

No segmento de Transporte Escolar, o serviço conta atualmente com 1.022 veículos cadastrados, atendendo diferentes regiões da cidade. Quanto ao serviço de transporte remunerado de passageiros de natureza privada, também conhecido como Fretamento, são atualmente 224 veículos cadastrados, cujos tipos podem variar entre ônibus, micro-ônibus e vans. Para o serviço de transporte individual de passageiros, teve o cadastro de 24.197 motoristas dos quais 11.600 tiveram as carteirinhas emitidas. Já para a execução de serviços de motofrete – transporte remunerado de pequenas cargas em motocicletas, motonetas ou triciclos motorizados - atualmente são 2.257 motocicletas cadastradas e 1.140 condutores regularmente registrados como motofretistas.

Foram realizadas 4.761 inspeções em táxis, 1.845 em veículos do transporte escolar, 343 em veículos utilizados para as atividades de fretamento e 97 para o serviço de motofrete.

GESTÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

A URBS responde pela gestão de 1.058 permissões de uso relacionadas a espaços e equipamentos urbanos, tais quais bancas de revistas e quiosques instalados por toda a cidade, boxes da Rua da Cidadania Matriz, espaços comerciais localizados nos terminais da RIT, no Mercado Municipal Capão Raso, na Rua 24 Horas, no Centro Comercial Rui Barbosa, nas Ruas da Cidadania, em logradouros públicos e na Rodoviária de Curitiba. Atua ainda na gestão de contratos de concessão, como o do Novo Mobiliário Urbano, do Centro de Eventos Positivo, da Mídia Embarcada, dentre outros.

A Rodoviária, além de seus espaços comerciais, abriga também 34 agências de viagem que comercializam diariamente passagens para viagens estaduais e interestaduais. Foram registrados 4.837.009 usuários chegando, saindo ou em trânsito na Rodoviária de Curitiba.

A URBS administra os estacionamentos do Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso e Rodoviária, onde foram, respectivamente atendidos, uma média mensal de 15.780, 8.775 e 17.322 usuários. Ainda, gerencia e opera os sanitários públicos de Curitiba, localizados no Terminal Guadalupe, Praça Osório, Rua da Cidadania da Matriz, Parque Barigui, Rua 24 Horas, Arcadas do Pelourinho e Arcadas de São Francisco. Esses equipamentos registraram o atendimento a 488.846 usuários.

Curitiba deu mais um passo em busca da descarbonização para se tornar uma cidade com mobilidade ainda mais sustentável. No mês de maio foi inaugurado o primeiro ponto público da cidade para carregamento de veículos elétricos, que poluem menos. O equipamento foi instalado no SmartPark São Francisco, na Rua Jaime Reis, esquina com Ermelino de Leão, no São Francisco. A partir de agora, quem tem um carro elétrico pode estacionar e usar a energia fornecida pelo equipamento público de carregamento sem pagar nada. A URBS, que administra o SmartPark, isenta veículos elétricos da cobrança do EstaR. Essa é uma forma de incentivar que mais carros elétricos circulem pela cidade.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Receita Operacional cresceu 8,21% em relação a 2022, e representou a monta de R$ 124,6 milhões. A receita auferida é oriunda, principalmente, das operações relacionadas ao gerenciamento do transporte coletivo, administração da Rodoviária e da exploração comercial de permissões, equipamentos urbanos e estacionamentos, bem como serviços de táxi.

5 Principais Receitas	2023	2022	Variação %
Receita Bruta	124.594.969,24	115.137.443,44	8,21%
(1) Taxa de Administração	38.162.448,87	36.840.561,17	3,59%
(2) Permissões de Uso/Outorgas/Quotas de Manutenção	30.092.882,65	27.882.295,06	7,93%
(3) Receitas c/ Estacionamento/EstaR Eletrônico	28.976.483,33	22.367.245,02	29,55%
(4) Taxa de Embarque	17.683.077,37	17.266.776,88	2,41%
(5) Receitas de Táxi	6.315.644,42	5.959.260,66	5,98%

RESUMO DOS ÍNDICES 2019 A 2023:

INDICE	SIMBOLO	FORMULA	2023	2022	2021	2020	2019
RENTABILIDADE							
GIRO DO ATIVO - Quanto a empresa vendeu para cada R$ 1 investido	GA	VENDAS LIQUIDAS/ATIVO	0,87	0,76	0,78	0,69	1,01
MARGEM LIQUIDA - Lucro para cada R$ 100 vendidos	ML	(LUCRO LIQUIDO/VENDAS LIQUIDAS)X100	-0,06	0,03	0,01	-18,53	0,12
RENTABILIDADE DO PL - Lucro para cada R$ 100, de capital próprio investido	LL/PL	(LUCRO LIQUIDO/PL)X100	PL NEGATIVO	0,53	1,48	PL NEGATIVO	PL NEGATIVO
ESTRUTURA DE CAPITAL							
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS - Quanto o Capital de Terceiros representa sobre o ativo	CT/PL	((PC+ELP)/ATIVO TOTAL)X100	100,27	95,27	99,31	117,15	123,73
IMOBILIZAÇÃO DO PL - Para cada R$ 100, de Patrimônio Líquido a empresa aplica R$XX no ativo	AP/PL	(ATIVO PERMANENTE/PL)X100	-15006,72	800,20	7251,58	-347,41	-265,38
IMOBILIZAÇÃO SOBRE RECURSOS NÃO CORRENTES - Para cada R$ 100, de Recursos não correntes a empresa aplica R$ XX no Permanente	AP/(PL+ELP)	ATIVO PERMANENTE/(PL+ELP)X100	80,72	71,64	118,55	138,21	157,19
LIQUIDEZ							
LIQUIDEZ GERAL - Valor do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada R$ 1,00 de Dívida Total	LG	(AC+RLP)/(PC+ELP)	0,59	0,65	0,50	0,35	0,30
LIQUIDEZ CORRENTE - Valor do Ativo Circulante para Cada R$ 1,00 do Passivo Circulante	LC	AC/PC	0,92	1,05	0,59	0,42	0,38
LIQUIDEZ SECA - Valor do Ativo Circulante líquido para cada R$ 1,00 do Passivo Circulante	LS	(AC-ESTOQUES)/PC	0,89	1,03	0,59	0,41	0,37
LIQUIDEZ IMEDIATA - Valor de disponibilidade no caixa para cobrir as dívidas do Passivo Circulante de forma imediata para cada 1,00 do Passivo Circulante	LI	DISPONIBILIDADES/PC	0,69	0,72	0,35	0,25	0,53
ENDIVIDAMENTO							
ENDIVIDAMENTO GERAL - Quanto o Capital de Terceiros representa do Ativo Total da Empresa	EG	((PC+ELP)/ATIVO TOTAL)X100	100,27	95,27	99,31	117,15	123,73
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - Percentual de Obrigações de Curto Prazo em relação às obrigações totais	CE	PC/(PC+ELP)X100	49,14	49,05	58,33	48,56	48,49
INDICE DIGIVIDA A LONGO PRAZO/PL - Relação entre os recursos a longo prazo fornecidos por terceiros ou proprietários	ELP/PL	(ELP/PL)X100	-18692,02	1025,31	6016,59	-351,37	-268,83
SOLVENCIA GERAL - Grau que a empresa possui para pagar a totalidade de suas dívidas	S/G	ATI/(PC+ELP)	1,05	1,05	1,01	0,85	0,81
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA							
EBITDA - Geração de Caixa (Recursos) apurada das atividades operacionais da empresa	EBITDA	LL+IR+CSLL+JUROS+DEPREC+AMORT	-4.214.993,90	1.727.062,97	2.062.600,81	-8.134.006,44	1.374.300,08

Ao final do exercício, a empresa apurou prejuízo contábil na monta de R$ 6,8 milhões, ocasionado pelo alinhamento estratégico do corpo funcional, que com um montante dispendido de cerca de R$ 11 milhões, afetou o Patrimônio em 2023, porém a receita auferida no exercício foi de cerca de R$ 125 milhões.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Os serviços prestados pela URBS tiveram 33.629 protocolos respondidos aos cidadãos, através da Central e pedidos de informação feitos pelo no cidadão na Central 156 foram no total de 10.783.705.

Foram prestados, pela Ouvidoria da empresa, 876 atendimentos envolvendo demandas da população e segmentos específicos. Além disso, foram enviados pela Câmara de Vereadores 8 Projetos de Lei para análise técnica e 265 pedidos de informação, os quais foram respondidos pelas equipes técnica e jurídica da URBS e encaminhados via Ouvidoria.

A Área de Tecnologia da Informação registrou cerca de 17,5 milhões de acessos ao portal eletrônico da URBS.

Em atendimento ao que preconiza a Lei de Acesso à Informação, a URBS recebeu e respondeu 155 solicitações, em sua grande maioria sobre o gerenciamento do transporte coletivo de Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Direção da URBS agradece a confiança e o apoio do Poder Executivo Municipal, bem como, das equipes das Secretarias e de outros órgãos da administração Municipal. Também reconhece as importantes contribuições dos membros da Sociedade e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Por fim, consigna o seu reconhecimento aos colaboradores da URBS pelo trabalho comprometido e dedicado à causa pública.

Curitiba, 12 de março de 2024.

OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente

PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Diretor Administrativo e Financeiro

ALDEMAR VENANCIO MARTINS NETO
Diretor de Operações

EGBERTO PEREIRA JUNIOR
Diretor Jurídico

VALÊNCIO DOS ANJOS NARLOK
Contador – CRC/PR nº 059.666/OConselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da URBS – Urbanização de Curitiba S.A., abaixo assinados, assistidos pela empresa BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S, tendo examinado as demonstrações financeiras pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e conforme relatório da auditoria independente, são de parecer que os referidos documentos contábeis foram elaborados segundo a legislação em vigor, merecendo consequentemente, a aprovação dos Senhores Acionistas.

Curitiba, 27 de março de 2024.

EDICLEUSA MEDEIROS ALVES
Conselheira Fiscal

HUMBERTO LEVIS DE BITTENCOURT
Conselheiro Fiscal

LUCIANO VIDA DAL NEGRO
Conselheiro Fiscal

ARCESIO TADEU MEYER
Conselheiro Fiscal

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 50/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor COMERCIAL BORA LTDA, localizada ESTRADA PARA RIO VERDE ACIMA, nº S/N, FAXINAL DO TANQUE, inscrita no CNPJ sob o nº 04.094.110/0001-10 representada pelo(a) Sr(a) MARCOS ADRIANO BORA, CPF: 921.925.809-91, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$263.845,39.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 51/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor SANIGRAN LTDA, localizada RUA MIGUEL NOVICKI, S/N, SAO BRAZ, inscrita no CNPJ sob o nº 15.153.524/0001-90 representada pelo(a) Sr(a) ALEXANDRE STRESSER, CPF: 046.878.919-77, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$14.416,40.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 52/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor PAULO ROBERTO DOS SANTOS, localizada RUA JOAO WIEST JUNIOR, nº 989, GALPAOCOMERCIAL 07, AGUA VERDE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.393.798/0001-38 representada pelo(a) Sr(a) PAULO ROBERTO DOS SANTOS, CPF: 194.107.609-25, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$28.246,60.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 53/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor L.P. DE BORBA & CIA LTDA, localizada AVENIDA REPUBLICA ARGENTINA, nº 1530, VILA IZABEL, inscrita no CNPJ sob o nº 78.796.778/0001-46 representada pelo(a) Sr(a) LUIZ PAULO DE BORBA, CPF: 060.497.299-72, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$7.099,50.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 54/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor X2 AGRO E TRANSPORTES EIRELI, localizada AVENIDA BRASIL, nº 1213, SALA 02, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 38.144.675/0001-87 representada pelo(a) Sr(a) THARLES SIMIONI, CPF: 003.969.110-13, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$11.286,45.

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 55/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA, localizada RUA JOAQUIM NABUCO, nº 184, VARGEM GRANDE, inscrita no CNPJ sob o nº 45.471.842/0001-60 representada pelo(a) Sr(a) LEONOR AUGUSTO RODRIGUES, CPF: 787.254.709-06, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$26.140,86.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 56/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor BMI PROSPER LTDA, localizada RODOVIA JOSE CARLOS DAUX, nº 8600, BLOCO 02 SALA 02, SANTO ANTONIO DE LISBOA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.012.375/0001-86 representada pelo(a) Sr(a) BRUNA DALCANALE CORONA, CPF: 004.760.539-19, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$204.306,32.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 57/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor VILLAS CESTAS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, localizada RUA FRANCISCO PORTES, nº 1321, BRCAO 2, RETIRO, inscrita no CNPJ sob o nº 42.671.235/0001-55 representada pelo(a) Sr(a) JULIANA VILAS BOAS, CPF: 066.716.989-02, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$8.160,48.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 58/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor FABIANO ALEXANDRE LTDA, localizada RUA DO PEIXE, nº 1597, Itapema do norte, inscrita no CNPJ sob o nº 46.014.253/0001-15 representada pelo(a) Sr(a) FABIANO ALEXANDRE, CPF: 008.891.689-89, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$17.201,16.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor NOVO HORIZONTE COMERCIO DE PRODUTOS E ACESSORIOS DE LIMPEZA LTDA, localizada AVENIDA ADÃO WELKER, nº 342, SALA 01, CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 34.034.228/0001-14 representada pelo(a) Sr(a) FRANCIEL TIAGO IZYCKI, CPF: 011.501.310-55, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$33.716,99.

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 60/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA, localizada RUA DR. FALCON, nº 62, UNIÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 18.449.927/0001-79 representada pelo(a) Sr(a) ROBERTO CARLOS DE CONTO, CPF: 549.223.720-91, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$83.515,51.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 61/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor LA MAISON DISTRIBUIDORA LTDA, localizada RUA Affonso Cláudio, S/N, PRAIA DO CANTO, inscrita no CNPJ sob o nº 46.743.542/0001-55 representada pelo(a) Sr(a) MARCELO RICARDO DITTRICH NAVES, CPF: 126.407.798- 00, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$116.968,80.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor CHAO DE GIZ EIRELI, localizada AVENIDA FREDERICO LAMBERTUCCI, nº 650, SALA A, FAZENDINHA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.071.796/0001-55 representada pelo(a) Sr(a) TALITA THAIS GERMANO VILHA, CPF: 047.295.749-07, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$40.287,40.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 63/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor CJC COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS LTDA, localizada AVENIDA AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, nº 2221, SALA TERREO, varzea grande, inscrita no CNPJ sob o nº 40.044.357/0001-96 representada pelo(a) Sr(a) CINDY MAIRA TISSOT, CPF: 018.324.320-09, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$19.180,09.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 64/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor CASARAO FS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, localizada RUA GONCALVES JUNIOR, nº 196, ********, CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 49.017.735/0001-17 representada pelo(a) Sr(a) FELIPE SEBOLD, CPF: 069.246.659- 26, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$11.801,44.

JORNAL DO ÔNIBUS DE CURITIBA

Publicação de editais, atas e balanços?
Entre em contato no tel.: (41) 3263-2002

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 65/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor ZAPPE COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, localizada RUA DIACONO ADEMIR PEREIRA DE ABREU, S/N, RIO VERMELHO, inscrita no CNPJ sob o nº 46.895.270/0001-09 representada pelo(a) Sr(a) GEOVANI ANDRE ZAPPE, CPF: 000.946.360-79, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$31.206,87.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 66/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor ELEVATE UTILIDADES LTDA, localizada RUA Peru, S/N, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 52.996.455/0001-02 representada pelo(a) Sr(a) THARLES GABRIELE CAUDURO, CPF: 030.925.790-54, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$4.226,70.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 67/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° 123285/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023
SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 01/04/2024, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszcz, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). YASMIM HISSAM DEHAINI, CPF: 108.398.839-51, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 34.416/2020, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO Nº: 117/2023 RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor PROMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA, localizada AVENIDA DAS AMERICAS, nº 00500, BARRA DA TIJUCA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.425.816/0001-30 representada pelo(a) Sr(a) SANDRO MARCIO CUNHA DOS SANTOS, CPF: 006.774.847-39, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa acima citada. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, no valor total de R$10.393,00.

Araucária, segunda-feira, 01 de abril de 2024.
YASMIM HISSAM DEHAINI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OBS.: As tabelas citadas encontram-se disponíveis, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial, para consulta e impressão.

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 40.572, DE 08 DE ABRIL DE 2024.

Revoga o Decreto nº 40.271, de 25 de janeiro de 2024, que disciplina os procedimentos para o Licenciamento Ambiental Municipal de empreendimentos imobiliários no Município de Araucária.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, com fundamento no inciso XII, do art. 56, da Lei Orgânica Municipal de Araucária,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 40.271, de 25 de janeiro de 2024.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 08 de abril de 2024.
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 039/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 52.540/2024. INTERESSADO: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL. ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação para Contratação de serviços da Federação Paranaense de Judô, Responsabilidade exclusiva de pagamentos de taxas inscrições, anuidade e arbitragens, organizados e promovidos pela Federação Paranaense de Judô. VALOR TOTAL: R$ 18.101,00(dezoito mil, cento e um reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, contados da publicação Termo de inexigibilidade. FORMA DE PAGAMENTO: Até 30(trinta) dias corridos após ateste da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, acompanhada da CND do INSS, CND do FGTS e CND Trabalhistas, CND Federal, dentro dos prazos de validade. CONTRATADA: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE JUDO - CNPJ: 73.256.570/0001-10. - FUNDAMENTO: Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021

Município de Araucária, 08 de abril de 2024.
PAULO ROBERTO RODRIGUES DE CAMARGO
Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 40.493, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao contido no Artigo 161 inciso I c/c Artigo 196 e conforme decisão proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 146.386/2023,

D E C R E T A

Art. 1.º – Fica convertida a exoneração a pedido do servidor PAULO LUCAS BENCHIMOL VILLASBOAS matrícula 20092-1, em penalidade de demissão, nos termos do Processo Administrativo Disciplinar nº 146.386/2023:

NOME	CPF	MATRÍCULA	EM
PAULO LUCAS BENCHIMOL VILLASBOAS	016.865.591-86	20092_1	17/11/2023
Motivo: Demissão Por Processo Administrativo Disciplinar - Regime: Estatutário - Cargo: Médico Clinico Geral - Secretaria: Secretaria Municipal De Saúde			

Art. 2º – O presente Decreto, ressalvado o disposto no artigo 1°, entra em vigor nesta data, alterando o Decreto 40.064/2023.

Prefeitura do Município de Araucária, 18 de março de 2024.
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
PREFEITO
RYAM HISSAM DEHAINI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DECRETO Nº 40.549, DE 05 DE ABRIL DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao processo administrativo nº 57.723/2024.

D E C R E T A

Art. 1º – Fica exonerado o servidor abaixo relacionado:

Nome	Mat.	CPF	Em
WILMER JACO DA SILVA	13295-5	804.658.469-04	04/04/2024
CAUSA: INICIATIVA DO SERVIDOR - REGIME: CARGOS COMISSIONADOS - CARGO: SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE COLETIVO - SECRETARIA: SMPL			

Art. 2º – O presente Decreto, ressalvado o disposto no artigo 1°, entra em vigor nesta data.

Prefeitura do Município de Araucária, 05 de abril de 2024.
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
PREFEITO
RYAM HISSAM DEHAINI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DECRETO Nº 40.557 DE 05 DE ABRIL DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e obedecendo ao disposto no Artigo 37 inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil, o Artigo 11, combinado com o Artigo 37 inciso I da Lei Municipal nº 1.703/2006,

DECRETA

Art. 1º – Fica exonerado o servidor abaixo relacionado:

Nome	Mat.	CPF	Em
CLEBER SOCZEK DE SOUZA	14544-3	069.520.019-48	05/04/2024
CAUSA: EXONERAÇÃO SEM J/C "AD NUTUM" - SECRETARIA: PGM CARGO: DIRETOR DO PROCON -REGIME: COMISSIONADO			

Art. 2º – O presente Decreto, ressalvado o disposto no artigo 1°, entra em vigor nesta data.

Prefeitura do Município de Araucária, 05 de abril de 2024.
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
PREFEITO
RYAM HISSAM DEHAINI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 40.573 DE 08 DE ABRIL DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e obedecendo ao disposto no Artigo 37 inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil, o Artigo 11, combinado com o Artigo 37 inciso I da Lei Municipal nº 1.703/2006,

DECRETA

Art. 1º – Fica exonerada a servidora abaixo relacionada:

Nome	Mat.	CPF	Em
VANESSA CACHOROSKI	17073-3	113.691.399-85	08/04/2024
CAUSA: EXONERAÇÃO SEM J/C "AD NUTUM" - SECRETARIA: SMGO - CARGO: CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO REGIME: COMISSIONADO			

Art. 2º – O presente Decreto, ressalvado o disposto no artigo 1°, entra em vigor nesta data.

Prefeitura do Município de Araucária, 08 de abril de 2024.
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
PREFEITO
RYAM HISSAM DEHAINI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DECRETO Nº 40.556 DE 05 DE ABRIL DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e obedecendo ao disposto no Artigo 37, inciso II da Constituição Federal, Artigo 56, inciso XII da Lei Orgânica do Município de Araucária, combinado com os Artigos 11 e 12 da Lei Municipal nº 1.703/06 e demais legislações pertinentes,

D E C R E T A

Art. 1.º - Fica reenquadrado, a partir de 05 de abril de 2024, o servidor abaixo relacionado:

NOME	CPF	MATRÍCULA	SECRETARIA
VILSON TAVARES GRACIOSO	018.155.649-97	13415-1	
Cargo Atual: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DO TRANSPORTE COLETIVO, Simbologia: DAS-3			
Para o Cargo: SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE COLETIVO, Simbologia: SPR			

Art. 2.º – O presente Decreto, ressalvado o disposto no artigo 1º, entra em vigor nesta data.

Prefeitura do Município de Araucária, 05 de abril de 2024.
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
PREFEITO

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE N° 040/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.: 37.358/2024. INTERESSADA: Secretaria Municipal de Educação – SMED. ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação para o credenciamento de RENATO JOSÉ NOWAK, para o fornecimento de produtos alimentícios para a merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, acompanhado das documentações exigidas no edital de Chamamento Público nº 001/2024. VALOR TOTAL: R$ 39.620,00(trinta e nove mil, seiscentos e vinte reais). PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/12/2024, após a emissão de empenho. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal, com o ateste de recebimento do produto por servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADO: RENATO JOSÉ NOWAK - CPF: 966.926.509-68. FUNDAMENTO: Art. 74, da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais n° 26.582/2013 e n° 33.110/2019 e no Edital de Chamamento Público n° 001/2024.

Município de Araucária, 09 de abril de 2024.
ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI
Secretária Municipal de Educação

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº.: 14.541/2024. INTERESSADA: Secretaria Municipal de Saúde – SMSA. ASSUNTO: Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar para atendimento do Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas (CEMO), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e CAPS I e II, nos termos e especificações contidos no processo administrativo n° 14.541/2024. PRAZO DE ENTREGA: diário, pelo prazo de 180 (cento) dias. VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, conforme medições efetuadas e ratificadas por meio da Tabela de Controle contida no anexo 01 do Termo de Referência, mediante protocolo da Nota Fiscal da matriz ou filial, de acordo com os documentos apresentados Processo de Dispensa nº 14.541/2024, devidamente atestada pela Secretaria solicitante, acompanhadas do Termo de Recebimento Definitivo e Ateste dos serviços. CONTRATADA: ARNOLDO GONÇALVES DE ARAUJO LTDA. CNPJ: 01.083.417/0001-28. Fundamento: Art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Município de Araucária, 08 de abril de 2024.
BRUNO RODELLI MENDES FONTES
Secretário Municipal de Saúde

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº.: 02/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 37.227/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 410/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22.905/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.
CONTRATADO(A): WS LOCAÇÕES LTDA., CNPJ n° 75.451.609/0001-86. - **OBJETO**: É revista a Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços n° 410/2023 para acrescer ao seu valor de origem a quantia de R$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais), a ser suportada pela seguinte dotação orçamentária: **OBS.** O quadro citado encontra-se disponível, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial, para consulta e impressão.
TERMO ASSINADO EM: 01 de abril de 2024.

Prefeitura do Município de Araucária, 09 de abril de 2024.
BRUNO RODELLI MENDES
Secretário Municipal de Saúde

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.: 125/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº.: 6839/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2023
PREGÃO Nº.: 38/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
CONTRATADO: SÉRGIO GILMAR DE AZEVEDO, CNPJ n° 28.572.380/0001-58. OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA SUBSTITUIÇÃO DE LONA POR PLACAS DE POLICARBONATO, CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA DE POLICARBONATO CURVO E RETO, TIPO PASSARELA; ALPENDRE OU UMA ÁGUA, COM ESTRUTURAS EM AÇO GALVANIZADO. ASSIM COMO PARA RECUPERAÇÃO E/OU REFORÇO DE ESTRUTURA DE COBERTURA DE POLICARBONATO E LIMPEZA EM COBERTURA E ESTRUTURA DE POLICARBONATO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO GLOBAL DE TODA A MÃO DE OBRA, PEÇAS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E COMPONENTES NECESSÁRIOS, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos, nas seguintes quantidades e valores: **OBS.** O quadro citado encontra-se disponível, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial, para consulta e impressão. **PRAZO:** O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados do recebimento da ordem de serviços. **VALOR:** O CONTRATANTE pagará, em razão da fiel execução dos serviços contratados, a quantia global estimada de R$ 435.280,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta reais). **CONTRATO ASSINADO EM:** 09 de abril de 2024.

Prefeitura do Município de Araucária, 09 de abril de 2024.
ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES PALMIERI
Secretária Municipal de Educação

Publicação de editais, atas e balanços? Entre em contato no tel.: (41) 3263-2002

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

EDITAL N.º 110/2024
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Araucária, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação do Resultado final e classificação** do Concurso Público n.º 341/2023, nos seguintes termos.

Art.1° Diante da ausência de recursos interpostos em face do Resultado Final e Classificação, fica **MANTIDO** os **ANEXOS** divulgados por intermédio do Edital n.º 106/2024, em 03 de abril de 2024.

Art.2° Assim sendo, diante do encerramento de todas as fases recursais, fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final e Classificação dos candidatos do Concurso Público em comento, conforme os **ANEXOS I, II** e **III** deste edital.

Art.3°Para a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados será obedecida a classificação divulgada neste instrumento e seus respectivos Anexos, conforme os critérios pré-estabelecidos nos itens 4 e 18 do Edital de Abertura.

Art.4°Os Editais relativos às etapas posteriores à divulgação desta homologação, serão organizados e publicados no Diário Oficial do Município de Araucária, Estado do Paraná e no endereço eletrônico, www.araucaria.pr.gov.br, que fixará as etapas a serem cumpridas pelo candidato, dando ampla publicidade das mesmas.

Art.5ºEste Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araucária (PR), 08 de abril de 2024.

Hissam Hussein Dehaini
Prefeito
Ricardo Silva Machado
Presidente da Comissão Especial

OBS.: Os Anexos citados encontram-se disponíveis, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial, para consulta e impressão.

EDITAL N.º 111/2024
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Araucária, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Homologação do Resultado final e classificação** do Concurso Público n.º 342/2023, nos seguintes termos.

Art.1° Após análise dos recursos interpostos em face do Resultado Final e Classificação, fica **MANTIDO** os **ANEXOS** divulgados por intermédio do Edital n.º 106/2024, em 03 de abril de 2024.

Art.2° Assim sendo, diante do encerramento de todas as fases recursais, fica **HOMOLOGADO** o Resultado Final e Classificação dos candidatos do Concurso Público em comento, conforme os **ANEXOS I, II** e **III** deste edital.

Art.3°Para a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados será obedecida a classificação divulgada neste instrumento e seus respectivos Anexos, conforme os critérios pré-estabelecidos nos itens 4 e 20 do Edital de Abertura.

Art.4°Os Editais relativos às etapas posteriores à divulgação desta homologação, serão organizados e publicados no Diário Oficial do Município de Araucária, Estado do Paraná e no endereço eletrônico, www.araucaria.pr.gov.br, que fixará as etapas a serem cumpridas pelo candidato, dando ampla publicidade das mesmas.

Art.5ºEste Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araucária (PR), 08 de abril de 2024.

Hissam Hussein Dehaini
Prefeito
Nessana Faller da Mata
Presidente da Comissão Especial

OBS.: Os Anexos citados encontram-se disponíveis, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial, para consulta e impressão.

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 123/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122018/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
CONTRATADO: E J BALMANT AGENCIA DE VIAGENS - ME, CNPJ n° 14.211.195/0001-23. OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E DE HOSPEDAGEM, conforme especificações contidas no Pregão n° 27/2023, Termo de Referência, e demais normas e condições constantes no Processo Licitatório n° 122018/2023 e legislações correlatas. **OBS.** O quadro citado encontra-se disponível, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial, para consulta e impressão. **PRAZO:** O prazo de vigência e execução do presente contrato é de 05 (cinco) meses, contados da data da sua publicação. **VALOR:** O CONTRATANTE pagará, em razão da fiel execução dos serviços contratados, a quantia global estimada de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais.) **CONTRATO ASSINADO EM:** 08 de abril de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.: 124/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 122018/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 27/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
CONTRATADO: R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE VIAGENS ME, CNPJ n° 33.318.780/0001-71. OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E DE HOSPEDAGEM, conforme especificações contidas no Pregão n° 27/2023, Termo de Referência, e demais normas e condições constantes no Processo Licitatório n° 122018/2023 e legislações correlatas. **OBS.** O quadro citado encontra-se disponível, integralmente, no diário oficial eletrônico do município, site: https://araucaria.atende.net/?pg=diariooficial, para consulta e impressão. **PRAZO:** O prazo de vigência e execução do presente contrato é de 5 (cinco) meses, contados da data da sua publicação. **VALOR:** O CONTRATANTE pagará, em razão da fiel execução dos serviços contratados, a quantia global estimada de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). **CONTRATO ASSINADO EM:** 08 de abril de 2024.

Prefeitura do Município de Araucária, 09 de abril de 2024.
LEONICE LARA LACERDA
Secretária Municipal de Assistência Social

ARAUCÁRIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 40.558, DE 05 DE ABRIL DE 2024.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em *superávit* financeiro no valor de R$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais).

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA,** Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 4317 de 19 de Dezembro de 2023:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em *superávit* financeiro, no valor de R$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
Unidade Orçamentária: 15.001	Gabinete do Secretário - SMMA	
Funcional Programática: 15.001.0018.0541.0009.2163	Atividade:Gerenciar as atividades de infraestrutura, controle, fiscalização, educação ambiental e o COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	03957 - Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	R$ 15.400,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 15.400,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do *superávit* financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2023, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 05 de abril de 2024.
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
URBS - URBANIZAÇÃO
DE CURITIBA S.A.

urbs
CURITIBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
44ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
107ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Senhores Acionistas da URBS S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas por vídeo conferência, às **14 horas e 30 minutos**, do dia **17** de **abril** de **2024**, para deliberarem:

1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1.1. Exame e discussão das Demonstrações Financeiras, compreendendo o Relatório de Diretoria, o Balanço Patri monial, Demonstração de Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa e demais demonstrativos, bem como Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores, relativos ao exercício findo em 31.12.2023.

1.2. Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal e fixação da respectiva remuneração (art. 162 da Lei n.º 6404/76 e art. 34 do Estatuto Social).

2. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

2.1 Homologação da proposta de aumento de Capital Social no valor de R$ 6.647.892,00 (seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais), sendo R$ 5.661.308,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e oito reais) mediante subscrição particular pelo acionista majoritário Município de Curitiba, R$ 19.726,00 (dezenove mil, setecentos e vinte e seis reais), mediante rédito operacional dos Planos Comunitários do período de 2022 pelo acionista Município de Curitiba e R$ 966.858,00 (novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) relativo ao ajuste de aumento de capital de exercícios anteriores.

2.2 Apreciação do aumento do Capital Social em R$ 7.878,00 (sete mil, oitocentos e setenta e oito reais) mediante rédito operacional dos Planos Comunitários do exercício de 2023.

2.3 Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Curitiba, 08 de abril de 2024.

OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente da URBS S.A.

Publicação de editais, atas e balanços? Entre em contato no tel.: (41) 3263-2002

BANCO CENTRAL DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA EM CURITIBA

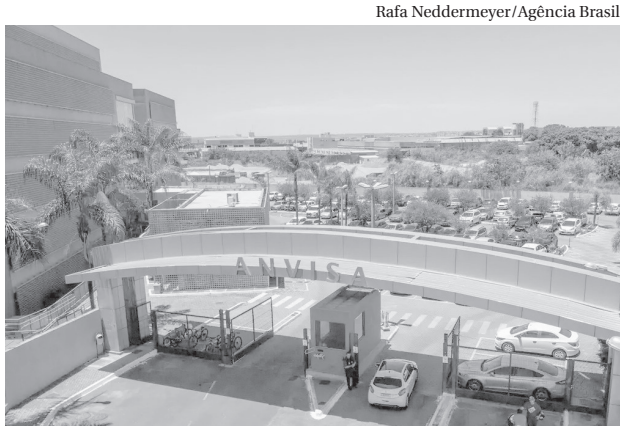
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico ADCUR nº 90035/2024

Processo 262443. Abertura: 25/4/2024, às 10h00. Objeto: Contratação de apólice de seguro para os imóveis de propriedade do Banco Central do Brasil, bem como para os móveis, utensílios, materiais de consumo, máquinas e equipamentos integrantes do seu patrimônio alocados nos imóveis, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo 1). Obtenção do Edital: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes. Informações: (41) 32813010, (41) 32813001 ou colip.adcur@bcb.gov.br.

Daniel Pereira dos Santos
Pregoeiro

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Interessados têm até 7 de maio para apresentar propostas

Anvisa lança programa de apoio a startups para inovar medicamentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou nessa terça-feira (9), em Brasília, edital de chamamento que objetiva apoiar o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos e sintéticos novos, além de produtos biológicos.

Em nota, a agência reconhece a necessidade de novos medicamentos e a importância de fomentar a inovação no ecossistema de saúde brasileiro. O edital destina-se especificamente a startups brasileiras.

O programa está alinhado às diretrizes da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e visa acelerar o acesso de novos medicamentos ao mercado.

Seleção

Serão escolhidas três startups, cada uma desenvolvendo, respectivamente, um medicamento fitoterápico, um medicamento sintético novo e um produto biológico, para participação em projeto-piloto de avaliação regulatória.

"O objetivo primário é apoiar essas empresas na navegação pelo regramento sanitário desde as fases iniciais de desenvolvimento dos produtos", destacou a Anvisa.

A proposta é oferecer suporte regulatório específico, visando facilitar o cumprimento dos requisitos sanitários e acelerar o processo de inovação em medicamentos no país.

Os candidatos devem demonstrar potencial inovador e relevância para o tratamento de doenças com impacto significativo na saúde pública, além de se enquadrarem em critérios específicos detalhados no edital, incluindo a fase de desenvolvimento do medicamento e a capacidade institucional da startup.

Inscrição

Interessados têm até o dia 7 de maio para submeter suas propostas por meio de formulário eletrônico detalhando o estágio de desenvolvimento do medicamento proposto.

A seleção vai priorizar remédios destinados ao tratamento de condições com alta morbimortalidade [índice de pessoas mortas em decorrência de uma doença específica] no Brasil, com impacto para o Sistema Único de Saúde (SUS) e em estágios mais avançados de desenvolvimento. ■

Relatório de conformidade

Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 09/04/2024 21:30:22 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.41rc1

Versão do software(Validador de Documentos): 2.4.2

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: PUBLICIDADE-LEGAL-10-04-2024.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

deb26acd54f60c68ccbabd3f6829956886eeb66cc646097f0d9e3d16ec32241c

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 1

Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=EDITORA JORNAL DO ONIBUS LTDA:11255258000155, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=01554285000175, OU=Presencial, L=Curitiba, ST=PR, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=EDITORA JORNAL DO ONIBUS LTDA:11255258000155, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=01554285000175, OU=Presencial, L=Curitiba, ST=PR, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.398.769-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 09/04/2024 21:09:04 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=EDITORA JORNAL DO ONIBUS LTDA:11255258000155, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=01554285000175, OU=Presencial, L=Curitiba, ST=PR, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 23/08/2023 14:10:22 BRT

Aprovado até: 22/08/2024 14:10:22 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 08/12/2016 15:44:03 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:44:03 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid